

# Soberana Brasília

Polêmico projeto de uma nova praça na Esplanada dos Ministérios provocou, pela primeira vez, a reação da cidade a uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer

CONCEIÇÃO FREITAS

DA EQUIPE DO CORREIO

**U**ma tormenta de protestos afogou Brasília desde que os brasilienses ficaram sabendo que o arquiteto Oscar Niemeyer havia projetado uma praça para o canteiro central da Esplanada e que o governo do Distrito Federal pretendia construí-la. E-mails, telefonemas, cartas, artigos em jornais, sites e blogs, entrevistas em emissoras de tevê e de rádio. O projeto da Praça da Soberania elevou a temperatura e a pressão de um janeiro que costuma ser plácido e chuvoso neste pequeno pedaço do Planalto Central.

O projeto de Niemeyer consiste num obelisco triangular, de 100m, um prédio curvo ao rés-do-chão, um estacionamento subterrâneo para 3 mil carros e um imenso calçadão de concreto envolvendo todo o conjunto. O arquiteto posicionou a praça a 400 metros da Rodoviária, obra de Lucio Costa.

Foi a primeira vez que a cidade reagiu ao anúncio de uma obra do arquiteto. Niemeyer, 101 anos de vida, 77 de prancheta, obras em quatro continentes, contra-atacou em artigo publicado no *Correio* na quinta-feira passada. Há arquitetos em posição de ataque e de defesa, mais naquela do que nesta. O saldo até agora desse inesperado cabo de força foi que o governador José Roberto Arruda, segundo um de seus assessores, recuou da idéia de construir imediatamente a praça. Pretende ouvir mais amplamente os argumentos de um lado e de outro.

Mas a corda já arrebentou: o superintendente do Iphan/DF (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico), Alfredo Gastal, diz que o projeto de Niemeyer fere frontalmente as duas leis do tombamento, a federal e a distrital, e a lei maior que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o decreto-lei 25, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema em 1937. A Portaria 314 (a lei federal), inciso V, estabelece: "Nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental."

Se, do ponto de vista legal, a Praça da Soberania fere o tombamento, "do ponto de vista estético fere a cidade inteira, porque tira as perspectivas principais da Esplanada em relação à Praça dos Três Poderes e em relação ao Congresso Nacional", diz Gastal. Para a coordenadora de Cultural da Unesco/Brasil, Jurema Machado, o projeto fere também "a memória afetiva da cidade". Ela diz que a Unesco apoiará as ações em defesa do tombamento de Brasília e ressalta que a população reagiu não apenas em defesa do valor urbanístico, de uso e apropriação da cidade pelos seus moradores. Os brasilienses defenderam, espontaneamente, a própria obra já construída de Niemeyer. "Poucos arquitetos no Brasil e no mundo têm o privilégio de ter sua obra defendida pelo cidadão comum." E foi o que aconteceu.

Procurado, o arquiteto considera que no ar-

tigo publicado no *Correio* já disse tudo o que tinha para dizer, e enviou um e-mail: "Eu e meus companheiros trabalhamos muito em Brasília. Passamos meses naquele cerrado tão abandonado e hostil. Era a cidade que surgia, e de nada temos a nos queixar".

No artigo, Niemeyer se diz espantado com a polêmica: "Diante de tudo isso me espanta a discussão levantada ao apresentar uma nova praça a ser construída em Brasília. Em minha última visita pude sentir, com clareza, a necessidade de se criar uma praça com escala compatível com a capital de um país que se faz tão admirado como o nosso. E é meu direito e obrigação concebê-la e propô-la", escreveu. "Todas as metrópoles mundiais vêm sofrendo mudanças que se justificam, impossíveis de conter."

## Conciliação

A arquiteta Maria Elisa Costa, filha de Lucio Costa, tem uma solução conciliadora para a polêmica. Transferir a Praça da Soberania para o lado oeste do Eixo Monumental (lado da Torre de Tevê). Com isso, revitalizaria a região. Maria Elisa fez a sugestão em carta a Niemeyer, enviada a ele em 14 de janeiro passado, um dia depois da visita que ela fez ao arquiteto (leia a carta na página 30).

Citada nominalmente no artigo de Niemeyer, Maria Elisa conta a sua versão do

que aconteceu, que em nada fere a versão do arquiteto, mas a amplia. Na terça-feira da semana passada, a arquiteta foi à casa de Niemeyer para conhecer o projeto anunciado três dias antes pelo *Correio*. Viu o projeto na maquete, sozinho, sem a perspectiva do conjunto. Maria Elisa achou bonito o projeto avulso, mas alertou o arquiteto para a possibilidade bastante provável de o Iphan não aprová-lo. "Fui pra casa e fiquei imaginando aquilo na Esplanada. E percebi que o prédio baixo esconde a Rodoviária toda. Aí escrevi uma carta para o Oscar e mandei por Sedex no dia seguinte."

Maria Elisa diz que é muito difícil ir contra a obra de Niemeyer, ainda mais frente a frente com ele, na casa dele, por tudo o que ele representa para o país e para a história do pai dela e pela sua própria história. "Eu não pretendia falar publicamente sobre isso até que ele me citou no artigo. Me aflige muito o jeito como as pessoas estão jogando Lucio contra Oscar. Eles se somaram na construção de Brasília. Não se pode crucificar o Oscar, por tudo o que ele já fez. Não é por causa de um projeto inapropriado, por um vacilo aos 101 anos que se vai crucificá-lo. É cruel", diz Maria Elisa, com a voz profunda.

Mas festeja a reação da cidade: "Toda essa polêmica é o grande presente para a cidade. Brasília saiu em defesa de Brasília".

[correio.brazillense.com.br](http://correio.brazillense.com.br)



Leia artigo:  
de Niemeyer sobre a polêmica

